
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

**SECRETARIA MUNICIPAL DE INCLUSÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL-
SEMIAS**

**ATA Nº 59 DA 31ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO
MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL -CMAS**

No dia 10 de fevereiro de 2026, às 14h45min, estiveram presentes os seguintes conselheiros: Waldemarina Galvão Lopes e Luciana Araújo Reyes (SEMIAS), Gláucia do Nascimento Félix (SEMED), Nilson Barros de Souza (SEMEC), Natal de Souza Campos (SEMUSA), Gianni Cabral Souza Fonseca e Rakésia Pantoja Gomes (ODS), Helaine Trajano de Oliveira Silva (PESTALOZZI), Marcuce Antônio Miranda dos Santos (Associação Beradeiro) e Khristiane Cabral Costa Mota (SASERO) para participarem da 31ª reunião extraordinária. A reunião contou com a participação dos representantes da Secretaria Municipal de Inclusão e Assistência Social-SEMIAS: Tércia Marília M. Brasil-Secretária Adjunta, Rosângela Maria de Oliveira Amaral e Tatiana S. B. Alencar, representantes do Departamento de Gestão do Sistema Único de Assistência Social-DGSUAS, Poliana Siqueira Miranda, representante do Departamento de Proteção Social Especial-DPSE, Adonias Moeses Oliveira, representante do Departamento de Proteção Social Básica-DPSB, Auricélia Cavalcante Santos e Amanda Ceolin Durans, servidoras da SEMIAS e Ariana Roberta de O. Mendes, representante do Centro de Integração Empresa Escola-CIEE. A Presidente Waldemarina deu início a reunião, dando boas vindas a todos os presentes e segue com a seguinte PAUTA 1: Apresentação dos serviços socioassistenciais da Proteção Social: Básica e Especial e Gestão do SUAS/SEMIAS: A apresentação inicia pelo Senhor Adonias, Diretor do Departamento de Proteção Social Básica-DPSB, em sua apresentação o mesmo apresenta os equipamentos dos Centros de Referência de Assistência Social-CRAS em Porto Velho, sendo: 05 CRAS na cidade, 01 no Distrito de Jaci-Paraná e 01 CRAS volante para atendimento itinerante nos distritos. Após demonstrado que há necessidade de implantação de mais 03 unidades pois o CRAS da Zona Sul atende uma demanda muito grande. Nesses equipamentos dos Centros de Referência de Assistência Social são ofertados os seguintes serviços: Cadastro Único, Atendimento Psicossocial, Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, Acompanhamento Familiar, Benefícios Eventuais, Articulação com a Saúde, Educação, Justiça, Habitação e demais políticas públicas. Secretária Adjunta Tércia fala que em 2025, a gestão atual recebeu a Secretaria com um total de mais de 49 mil pessoas que vivem em situação de pobreza que é a falta de renda suficiente para suprir as necessidades básicas e a Secretaria aderiu ao Programa Crescendo Bem, onde 600 famílias foram selecionadas, sendo alguns dos critérios utilizados para seleção: quando há vulnerabilidades se atravessando entre elas, famílias muito pobres, filhas de mãe solo, sob risco e ameaça, crianças que também já estão sendo acompanhadas pela proteção social especial, crianças com deficiências, dentre outras excepcionalidades identificadas. Foi apresentado também o Centro de Convivência do Idoso-CCI, o qual possui 02 Unidades, sendo 01 Centro de Convivência localizado em Porto Velho e outro no Distrito de Abunã. Os Centros de convivência é um equipamento fundamental para a garantia dos direitos da pessoa idosa, sendo classificado como uma unidade executora do Serviço de Convivência e Fortalecimento de

Vínculos, com foco específico na faixa etária, desenvolvendo um conjunto de atividades que visam a Proteção Social Básica Pró-Ativa, rompendo o isolamento, prevenindo a institucionalização e promovendo o envelhecimento ativo e saudável. Foi apresentado também o Projeto Cidadania em Movimento, que é uma iniciativa da Prefeitura de Porto Velho juntamente com a Secretaria SEMIAS, elaborado e executado dentro do Departamento de Proteção Social Básica-DPSB e conta com participação de vários parceiros, visando levar atendimentos básicos e essenciais, principalmente ao público prioritário e beneficiários do Programa Bolsa Família. A iniciativa surgiu como resposta à necessidade de aproximar a gestão das comunidades localizadas em áreas periféricas e distritos distantes, onde a população enfrenta maiores dificuldades de deslocamento e acesso aos equipamentos públicos. Após a apresentação, o Conselheiro Marcuce em sua fala, agradeceu a apresentação, destacando a importância da aproximação do Conselho com a rede socioassistencial do município. Ressaltou que a participação no Conselho é motivada pela vontade de colaborar com a sociedade e que é fundamental fortalecer a atuação conjunta com a Secretaria por meio de encontros e diálogo permanente. Enfatizou a complexidade do SUAS e a necessidade de estudo por parte dos conselheiros para compreender as competências do município, do Estado e da União, evitando discussões fora da atribuição da Assistência Social. Destacou dados preocupantes sobre a pobreza no município, mencionando cerca de 49 mil pessoas em situação de pobreza, 31 mil famílias elegíveis a serviços ainda não plenamente atendidas e 600 crianças em alta vulnerabilidade social. Salientou que esses números representam realidades concretas, especialmente em comunidades ribeirinhas, quilombolas e indígenas, onde há carência de acesso a políticas públicas. Defendeu maior articulação entre Conselho e Secretaria, afirmando que o controle social deve ser colaborativo e propositivo, e não apenas fiscalizador. Reforçou a necessidade de parceria contínua, e não apenas em momentos de aprovação formal de demandas. Finalizou colocando-se à disposição e também a Associação Beradeiro, a qual representa, para atuação conjunta no enfrentamento das vulnerabilidades sociais em Porto Velho. Tercia informa que a maioria dos recursos utilizados é do próprio município, e deixa claro que ela como representante do Prefeito Léo Moraes, não permitirá que aprove neste conselho ou qualquer outro: projetos especialmente os vinculados ao terceiro setor sem apresentar indicadores claros e demonstrar efetiva contribuição para a redução da pobreza nos territórios mais vulneráveis do município. Ressaltou que não serão mais aprovadas propostas sem metas objetivas e sem vinculação direta aos dados de pobreza e vulnerabilidade social. Defendeu que as ações devem ser direcionadas prioritariamente às regiões onde há maior incidência de exclusão social, como áreas periféricas, zona leste e comunidades do Baixo Madeira, e não concentradas na região central. Enfatizou que acompanhará de forma rigorosa as deliberações do Conselho e que não aceitará a aprovação de projetos sem critérios técnicos bem definidos. Afirmou que os planos de trabalho deverão conter indicadores mensuráveis e estar alinhados aos diagnósticos sociais do município. Pontuou que situação de Porto Velho está com a vulnerabilidade só aumentando e não é por falta de dinheiro, pois a Assistência Social tem 17 milhões para gastar, o problema não é a ausência de recursos, mas falhas na execução e na aplicação estratégica do orçamento e informa ainda que há recursos federais disponíveis que não vêm sendo acessados pelo município, como Programa Ruas Visíveis: que tem disponível 6,4 bilhões de reais a nível de Brasil e o município nunca foi em busca da parte destinada desse recurso. Também fala do Plano Viver sem Limite, que é plano para lidar com a situação de pessoas com deficiência,

que também tem recursos e o município desde 2012 nunca foi buscar. Defendeu que o Conselho exerça um controle social qualificado, identificando oportunidades de captação de recursos federais e cobrando da gestão maior eficiência na execução orçamentária. Criticou a postura meramente formal de aprovação de documentos e ressaltou a necessidade de conselheiros capacitados, aptos a discutir planejamento estratégico, orçamento e indicadores de resultado. A Secretária Adjunta Tercia pediu que o Conselho cobre a execução adequada dos recursos e a redução de superavit não justificados, mencionando dificuldades administrativas, como morosidade em processos, se fazendo necessário que este conselho solicite os números de processos de aquisição e manutenção para que possamos acompanhar o andamento. Destacou que o foco das discussões deve ser a aplicação eficiente do orçamento, a aprovação de projetos com impacto comprovado e a efetiva redução da pobreza e da vulnerabilidade social. Por fim, reforçou que é necessário profissionalizar e elevar o nível das discussões no âmbito do Conselho, priorizando planejamento estratégico, acompanhamento de indicadores e resultados concretos, com o objetivo de demonstrar, por meio de dados, a diminuição dos índices de pobreza a partir das ações implementadas. Em sua fala informa que está para apoiar enquanto administração, mas também enquanto profissional de planejamento de execução de projetos há 23 anos, para que a gente consiga elevar a nossa discussão e, de fato, os nossos conselhos, eles consigam discutir estrategicamente e cobrar a secretaria. Porque, para mim, não é interessante falar qualquer coisa e as pessoas não entenderem o que eu digo. Para que a gente consiga realmente elevar o nível da discussão e melhorar a assistência social em Porto Velho. A Presidente Waldemarina diz que essa fala da secretária, ela representa esse conselho, e pede que conste em ata toda a fala dela, porque ela representa o conselho de assistência social. Porque quando a gente tem uma dúvida aqui, a gente não faz na dúvida, a gente consulta o Conselho Nacional de Assistência Social-CNAS. Então, todas as demandas que a gente tem aqui, quando ninguém que consegue nos ajudar, a gente consulta o conselho e o conselho responde. Então, a fala do Marcuce, ela é uma fala que também representa esse colegiado, porque, independente de você ser civil ou você ser governamental, a gente quando senta nessa cadeira, a gente é um servidor público, que tem um CPF, que a prestação de conta dos exercícios de 2024 e 2025 estará na conta de cada um de nós aqui, para a gente analisar. Caso os outros conselheiros quiserem também se pronunciar, estejam à vontade. A Vice-Presidente Khristiane reforça que a fala da presidente, ela deixou bem colocada que a partir do momento que temos deliberações na mesa, quando nós ficamos na dúvida, o CNAS, ele está pronto, para tirar nossas dúvidas e quando nós assinamos, qualquer deliberação estamos ciente do que estamos aprovando. Justamente pois, além de sermos conselheiros nós temos o nosso CPF, então, todo o cuidado é pouco frente a uma deliberação. Então, deixo aqui registrado para aqueles conselheiros que estão entrando agora, nós tivemos uma reunião e deixamos claro que devemos nos apropriar das documentações que são colocadas no grupo e não deliberar aprovações sem mesmo saber o que estamos deliberando. Informa que os conselheiros vêm se aprimorando cada vez mais, temos alguns que entraram agora e a maioria já vêm da gestão anterior, e nesse novo biênio, nós vamos tentar fazer a diferença, cobrando, da mesma forma que a SEMIAS vem com essa fala que os conselheiros têm que ser capacitados, qualificados, nós vamos cobrar e fiscalizar também os serviços. Tercia pergunta se a Conselheira Khristiane sabe informar qual o percentual de execução do orçamento do ano passado/2025, do Fundo da Assistência Social, que foi para a terceirização de serviços da SEMIAS? Conselheira Khristiane não saber

responder. Tércia diz que, dos 9 milhões do ano passado, 5,5 milhões foram para a terceirização, para a OSC, terceiro setor, até que ponto do fundo do conselho, está sendo pago para a instituição de terceiro setor de infância, de adolescência, a gente precisa dessas informações, é sobre essa informação qualificada que eu cobro a discussão, porque não é possível, não é normal que de 9 milhões de reais, 5,5 milhões tenha sido para pagar a terceirização, não é para isso que serve o fundo do conselho, e as pessoas continuam ali na pobreza, é isso que eu estou falando: que a gente precisa qualificar o uso do dinheiro público, e é isso que eu preciso que os conselheiros estejam atentos, pois vai chegar projeto aqui todo dia e eu não vou nem saber, mas a gente precisa discutir a origem do recurso, o conselho precisa ser retaguarda para a administração pública de proteção social, para nós e para as pessoas, é nesse sentido que eu estou falando, não estou aqui para criticar o conselheiro, eu entendi o seu discurso, a sua resposta, mas não era o meu objetivo, meu objetivo era elevar o nível da conversa, se a senhora não sabe quanto que gastou de 9 milhões, que foram 5,5 milhões, vocês não entenderam nem o orçamento da assistência social no mandato passado. A Presidente Waldemarina faz um contraponto informando que o Processo do NACC não passou por esse conselho. Tércia pergunta: Ele foi pago por onde? De onde saiu esse dinheiro? A Vice-Presidente informa que não sabe, pois esse processo não passou por esse conselho. Conselheira Luciana informa que o pagamento foi realizado com recurso próprio, Estadual e Federal. Tercia diz que o recurso federal cai no Fundo da assistência social, o processo não passou pelo conselho e saiu dinheiro. Waldemarina reforça mais uma vez que esse processo não passou pelo conselho e dentro do processo de terceirização do NACC não tem uma resolução deste conselho aprovando o uso do Recurso Federal. Waldemarina informa que enquanto isso tava acontecendo eu passei dizendo: esse processo precisa passar no conselho e ele não passou. Não tem, dentro desse processo, uma resolução assinada por esse conselho para dizer que esse Recurso Federal poderia ter sido usado. Conselheira Gianni, diz se sentir muito feliz com essa fala de profissionalização dos conselhos. Informa que participa de reunião de outros Conselhos e vai falar agora como Organização da Sociedade Civil-OSCs como ONG, que a gente tem o recurso lá, o recurso está parado e os componentes do conselho não sabem como gerir esse recurso. E quem é Organização da Sociedade Civil-OSCs, lá na ponta, está sofrendo para executar e para atender onde o poder público não chega. Conselheira Gianni informa que reside em Nova Mutum e tem certeza que dessas 600 crianças, provavelmente, não tenha nenhuma de lá. E lá também existe pobreza desse jeito: Mãe que se relaciona com faccionado, que é mãe solo, que tem filho com deficiência. Eu não conheço de conselho, estou aqui justamente para isso, para aprender. Porque eu acredito que posso contribuir de alguma forma. Agora, o que é importante é essa profissionalização, para que a gente não sofra e que a gente consiga executar e diminuir essa culpa de pobreza. Isso, eu não tenho dúvida e não é aqui e em outros conselhos, onde também tem muito recurso e que eu vejo que é conselheiro que quer status e que não, de fato, contribui para a criação de política pública para a redução das desigualdades que a gente tem. Na sequência segue a apresentação do Departamento de Proteção Social Especial-DPSE, realizada pela Diretora do departamento Poliana. O qual informa que o Departamento de Proteção Social Especial é um dos serviços ofertados pelos municípios e exige atenção redobrada, pois é responsável pelo acolhimento, cuidado e atendimento de pessoas que tiveram seus direitos violados. Dentro do DPSE há a divisão entre média e alta complexidade, com fluxos de atendimento organizados em organograma. Na média complexidade está o CREAS, ao qual estão vinculados diversos serviços. Também

integram a estrutura o serviço de acolhimento familiar, o programa Apadrinhando uma História, o serviço de calamidade e o acolhimento institucional. O CREAS executa o PAEF Distrital e o PAEF Porto Velho, responsáveis pela Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos. A Proteção Social Especial é acionada quando há falha na proteção básica e ocorre violação de direitos. Quando isso acontece, a pessoa é encaminhada ao CREAS, onde passa a receber atendimento especializado. No âmbito do CREAS funcionam o PAEF, o SAPDIF (Serviço de Atendimento à Pessoa Idosa e com Deficiência), o MSEMA e o Plantão Social. O Plantão Social realiza atendimento inicial de urgência, recebendo demandas espontâneas ou encaminhadas pelo Ministério Público, delegacias, Defensoria Pública, Secretaria e outros canais. A situação é analisada por assistente social e psicólogo, que definem o encaminhamento adequado. Entre os serviços vinculados estão o PETI, o Serviço de Abordagem Social, o CRAM (Centro de Referência de Atendimento à Mulher) e o Centro POP. O Centro POP atende pessoas em situação de rua, funcionando como porta aberta, oferecendo alimentação, higiene e apoio para emissão de documentos, elaboração de currículo, acesso a benefícios e inserção no mercado de trabalho. O objetivo é promover cidadania e apoiar a reestruturação da vida dessas pessoas, possibilitando sua saída da situação de rua. O CRAM atende mulheres que já sofreram violência ou estão em risco de vida, oferecendo acompanhamento especializado. O Serviço de Abordagem Social é dinâmico e atua de forma ativa ou mediante denúncias, realizando busca ativa de pessoas em situação de rua, crianças em trabalho infantil e outras demandas que exijam intervenção externa da equipe. O PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil não tem como função principal realizar abordagem direta, mas articular a rede para prevenção e erradicação do trabalho infantil. Está vinculado ao CREAS porque o trabalho infantil configura violação de direitos. O programa atua no diagnóstico dos territórios, identificação de focos de exploração, articulação com escolas, Conselho Tutelar e Ministério Público e desenvolvimento de estratégias de enfrentamento. O recurso do PETI é destinado principalmente ao estudo e diagnóstico territorial, compreensão das causas do trabalho infantil e planejamento de ações específicas para cada realidade, seja em casos de trabalho informal decorrente da pobreza, seja em situações mais graves, como exploração sexual infantil. Na alta complexidade estão as unidades de acolhimento. Atualmente, o município conta com: Unidade de Acolhimento Casa de Passagem, para permanência temporária de até 90 dias; Unidade de acolhimento para adolescentes; Lar do Bebê/Casa Criar (Terceirizada); ILPI (Instituição de Longa Permanência para Idosos), ainda em estruturação; Unidade de acolhimento para mulheres em situação de violência, sendo unidades conveniadas: Lar do Bebê e ADRA. O principal desafio do DPSE é promover a transição do usuário da Proteção Social Especial para a Proteção Social Básica, o que significa superação da violação de direitos e conquista de autonomia. Destaca-se o serviço de acolhimento institucional, especialmente no contexto que crianças e adolescentes permanecem por longos períodos nas unidades de acolhimento, em razão das dificuldades relacionadas à adoção e à insuficiência de famílias acolhedoras. A Diretora Poliana, informa que houve recente ampliação do número de famílias acolhedoras cadastradas, passando de quatorze para vinte no município, com perspectiva de encaminhamento gradual das crianças para essas famílias. Ressaltou-se a dificuldade na efetivação de adoções, considerando o perfil desejado pelos pretendentes, o que resulta na permanência prolongada de crianças mais velhas e com deficiência nas instituições e informado também que há crianças com deficiência intelectual

severa e outras condições complexas, com baixa probabilidade de adoção, demandando planejamento futuro para acolhimento de longa permanência. Quanto ao abrigo para mulheres, foi relatado que o tempo de permanência costuma ser reduzido, porém as demandas são de alta complexidade, envolvendo mulheres em situação de ameaça de morte, frequentemente acompanhadas de filhos e sem condições mínimas de subsistência. Poliana apontou a necessidade de ampliação de recursos, incluindo apoio para vestuário, alimentação, documentação, transporte e acesso a políticas habitacionais, como aluguel social. Foi enfatizado que a Proteção Social Especial atua como articuladora da rede de direitos, demandando integração com as políticas de saúde, habitação, assistência social, documentação civil e demais serviços públicos, sendo responsável por atender situações emergenciais e de extrema vulnerabilidade. A Secretária Adjunta Tércia destacou a sobrecarga e o desgaste emocional das equipes de trabalho, evidenciando a necessidade de melhores condições laborais, ampliação de recursos humanos por meio de concurso público, melhoria da infraestrutura das unidades e garantia de condições mínimas de funcionamento. Apontou-se, ainda, a ausência de sistemas informatizados adequados no âmbito do SUAS municipal, especialmente quanto à inexistência de prontuário eletrônico, o que dificulta o registro, monitoramento e acompanhamento dos usuários, comprometendo a produção de indicadores e o planejamento de políticas públicas. Tércia relata que o município vem operando com limitações orçamentárias e estruturais, sendo mencionada a dependência de serviços terceirizados para manutenção de parte da rede socioassistencial, o que suscita preocupações quanto à sustentabilidade e à valorização dos servidores públicos. Após o encerramento da apresentação da Proteção Social Especial-DPSE, a Presidente Waldemarina agradece a participação das equipes dos departamentos e seguimos com a apresentação do Plano Municipal de Assistência Social 2026-2029, o qual a Diretoria do Departamento de Gestão do SUAS-DGSUAS, Senhora Tatiana Socorro Barros Araújo Alencar, destaca elaboração do diagnóstico socioterritorial, que contemplou levantamento detalhado das unidades, características dos territórios e indicadores sociais, com base em dados demográficos e estudos técnicos. Informou-se que o documento possui extensa análise, incluindo dados populacionais, crescimento demográfico e distribuição territorial. Secretária Adjunta Tércia informa que ainda está fazendo a análise para compilar o documento, pois o mesmo é extenso demais, é preciso transformar metas em números concretos. Por exemplo: ampliar o número de famílias cadastradas no serviço Família Acolhedora, de quantas para quantas? Se hoje temos seis, até o fim do ano precisamos chegar a dez, no próximo ano mais dez. É isso que precisamos: metas claras, quantitativas com indicadores definidos e “assim que o Plano estiver concluído, será encaminhado para análise deste colegiado”. Tatiana apresenta a estrutura da rede socioassistencial do município, composta por unidades de proteção social básica e especial, incluindo Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), unidades móveis, centros de convivência e equipamentos especializados. Informou-se também a existência de organizações da sociedade civil inscritas nos conselhos e cadastradas no sistema nacional, cuja atuação integra a rede de atendimento. No tocante ao financiamento, registrou-se a composição de recursos provenientes de emendas parlamentares e parcerias com organizações da sociedade civil, sendo destacada a necessidade de monitoramento, prestação de contas e acompanhamento das atividades desenvolvidas. Foi discutida a importância do mapeamento e atualização cadastral das organizações da sociedade civil, considerando que parte significativa encontra-se com dados desatualizados, sendo proposta a realização de levantamento conjunto para

qualificação dessas informações. Por fim, reforçou-se a importância do fortalecimento da rede socioassistencial, da melhoria dos sistemas de informação, da qualificação dos serviços e da atuação integrada entre gestão e controle social, visando o aprimoramento da política pública de assistência social no município. Após a apresentação, a Presidente Waldemarina informa que o envio desse plano a SEAS, já está com prazo expirado e o mesmo não foi prorrogado, no entanto precisamos fazer a deliberação dele, pois corre o risco de quando ele for deliberado, o mesmo não seja mais aceito. A Presidente Waldemarina propõe que este conselho delibere pela aprovação do plano com ressalvas, e assim que o mesmo estiver concluído, seja apresentado a este CMAS para emissão de resolução e posterior publicação em diário oficial. Posto em votação a proposta apresentada pela Presidente, a proposta é aprovada pelo colegiado. Encerramento. Nada mais a tratar, às 17h50min, a Presidente Waldemarina Galvão Lopes, agradece a participação de todos, dando por encerrada a reunião e eu Liliana Vilarim Vieira Lira, Secretária Executiva/CMAS, lavrei a presente ata que, depois lida e aprovada pela Plenária, segue para assinatura.

Assinaturas dos Conselheiros Presentes:

Presidente: Waldemarina Galvão Lopes
Vice-Presidente: Khristiane Cabral Costa Mota
1ª Secretária: Gláucia do Nascimento Félix
2ª Secretária: Gianni Cabral Souza Fonseca
Secretária Executiva: Liliana Vilarim Vieira Lira
Luciana Araújo Reyes
Nilson Barros de Souza
Natal de Souza Campos
Rakésia Pantoja Gomes
Helaine Trajano de Oliveira
Marcuce Antônio Miranda dos Santos

Publicado por:

Fernanda Santos Julio

Código Identificador:B471505F

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 22/05/2026. Edição 4238

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/arom/>